

NOVOS HORIZONTES NO ESTUDO DO IMPÉRIO: A MISSÃO DE GEOGRAFIA DE ORLANDO RIBEIRO NA GUINÉ EM 1947¹

PHILIP J. HAVIK

Instituto de Investigação Científica Tropical
philip.havik@gmail.com

Resumo:

A Missão de Geografia de Orlando Ribeiro à Guiné, que se inseriu nos trabalhos da Junta de Investigações Coloniais, foi pioneira no recentrar do estudo das colónias lusas no reconhecimento *in loco* através de trabalho de campo e o contacto direto com as populações. Num curto espaço de tempo dividida em duas viagens para a Guiné durante o ano de 1947, o geógrafo visitou aldeias no Norte, Leste e Oeste da então colónia, em parte em colaboração com os responsáveis da missão de geologia que já estavam no terreno. As notas que fez das suas andanças nesta região, as suas pesquisas, os inquéritos junto as populações, os desenhos e fotografias, contém observações multifacetadas do ambiente e a vida local através de uma abordagem despido de paternalismos, hierarquias e preconceitos comuns para a época. O presente ensaio pretende demonstrar a relevância do trabalho feito pelo autor na Guiné e a sua contribuição para o saber colonial no quadro da investigação académica sob o Estado Novo, sobretudo na sua vertente da ciência humana e humanista.

Palavras-chave: Império, missão científica, geografia, Orlando Ribeiro, Guiné

*

1. INTRODUÇÃO: PROMOVER UMA ‘CIÊNCIA COLONIAL’?

A Junta das Investigações Coloniais em 1945 - rebatizada Junta de Investigações do Ultramar em 1963, então integrada no ISCPU - delineou uma nova estratégia em termos de orientação das missões ultramarinas. Se a criação de um órgão consultivo para as Missões, associada a reforma do Ministério das Colónias em 1936 sofria de uma orgânica deficiente que a impedia de “dirigir tão larga atividade”, a tónica em 1945 estava mais no alargamento do horizonte da Junta em termos do conhecimento científico das colónias e sobretudo na orientação, ficando confiado a outros organismos especializadas as próprias investigações no terreno². Uma das seus principais objetivos era de “melhorar as condições económicas e físicas da vida dos indígenas e dos colonos”, além de “explorar eficientemente os recursos coloniais” e “contribuir para melhor conhecimento do globo”³. O facto de a Junta, sob a tutela do Ministério, de permitir a centros de investigação de conduzir missões as colónias, foi relevante por deixar alguma margem de manobra aos investigadores para a execução das tarefas incumbidas no quadro do plano previamente estabelecido dado a autonomia administrativa que as missões gozavam. A nova orientação da Junta é referido por Mendes Correia por ter resultado em melhoramentos na organização das missões, na elaboração dos planos, na

¹ Agradecemos a leitura do texto e os comentários feitos pela Dra. Suzanne Daveau.

² Decreto Lei 35:395, de 26 de Dezembro de 1945.

³ Art. 1 (a, b & c) , DL 35:395, op. cit.

integração de quadros universitários, na formação de novos elementos, não sem advertir que existia “uma dada liberdade de iniciativa perante o imprevisto”. (CIAO, T.1, 1950: xlv)

Focando as áreas de geografia, geologia, antropologia, etnologia, zoologia e botânica, a Junta criou e sistematizou bases de dados sobre as colónias, além de apoiar a publicações científica dos resultados. Ao mesmo tempo a Junta devia “promover a organização de centros universitários de estudos coloniais”, de apoiar a criação e manutenção de “centros de investigação científica nas colónias” e de fomentar a cooperação com “organismos congéneres estrangeiras” no que dizia respeito “a defesa moral e física das raças indígenas em geral, e sobretudo das que habitam o continente africano.”⁴ O foco sobre o mundo nativo das colónias, imbuído de conceitos racionais e interesses económicos em termos do aproveitamento dos recursos humanos, condizia com a primazia “do estudo e da salvaguarda das populações indígenas” e a preocupação paternalista com “o indígena, a sua vida, a sua saúde, o seu espírito, os seus recursos, as suas capacidades”. (CIAO, T.1, 1950: xlvi) Então ainda fortemente dominado “quase que absoluta” (Pereira, 1987: 90/1; Pereira, 2004/5: 211-214; Thomaz, 2002: 107-112) pelos preceitos antropobiológicos da escola do Porto, as missões antropológicas dos anos trinta e quarenta decorreram ainda no contexto de uma visão que associava o colonialismo português contemporâneo de forma singular a época da expansão e ao carácter pioneiro do ‘saber colonial’ português. Evocada de forma demonstrativa na Exposição do Mundo Português de 1940 (Corkill & Almeida, 2009), a reprodução da vida rural mediante a recriação e reificação da vida nas aldeias da metrópole e do império – visto como um contínuo cultural (Pereira, 1987: 94) numa ideologia ‘ruralista’ (Corkill & Almeida, 2009: 394/5) - extensão criava um elo direto e ‘nacional’ entre as várias partes do mosaico humano do mundo luso. Daí é que o ‘saber colonial’ não podia ser desligado da ciência no velho mundo e sobretudo da singularidade do mundo ibérico e as suas aptitudes colonizadoras, evocado por Freyre nas suas escritas ‘lusotropicalistas’ (Castelo, 1998: 17-43).

As reformas de 1945 criam condições para a ‘ocupação científica’ das colónias mas as instituições de investigação nestas apadrinhadas pela Junta só arrancaram uma década mais tarde (Ágoas, 2012: 335; Castelo, 2012: 361). No entanto, a maior parte das publicações sobre as colónias, tanto no caso português como o britânico e francês, eram administrativas e pouca mais que ‘pseudociência’ produzido por intendentess, administradores e chefes de posto saídos das suas respetivas escolas coloniais sobre os ‘seus nativos’ (l’Estoile, 2005: 40). Nesta “oficina do império” que transformou “empirismo em ciência” e que tinha contribuído para “o progresso social e económico já realizado nas colónias” (Sampayo e Mello, 1936: 263), a antropologia e etnografia ganham destaque nos anos quarenta como disciplinas viradas para o melhor conhecimento dos diferentes povos do império (Thomaz, 2002: 132). Alvo de reformas em 1946 com

⁴ Art. 11, 2º & 39, DL. 35:395, op. cit..

o intuito de fortalecer a produção de trabalho científico, incluíram-se altos estudos coloniais (Thomaz, 2002: 102), para promover a ‘investigação administrativa’. Em termos de estudos antropológicos, trabalhos de alguns antigos alunos da escola como funcionários administrativos, feitos ‘segundo as moldes que ciência de hoje impõe’ tinham nos anos quarenta já produzidos “valiosos elementos etnográficos observados durante o convívio com os indígenas que ajudaram a guiar no caminho da nossa civilização.” (Almeida, 1940: 75) Estes ‘obreiros da ciência colonial portuguesa’ (Almeida, 1940: 75), os funcionários-cientistas ‘em terras tropicais’, encarados como ‘homens de ação e não burocratas’ pela Reforma Administrativa Ultramarina de 1933 (Monteiro, 1942: 50) eram os principais anfitriões dos cientistas metropolitanos no decurso das suas missões.

Com a fundação do Centro de Estudos Geográficos na capital, apadrinhado pelo Instituto de Alta Cultura, dirigido por Orlando Ribeiro em 1943 e sobretudo o XVIº Congresso Internacional de Geografia em Lisboa em 1949, ele e a sua equipa vira-se definitivamente para o estudo das colónias (Amaral, 1983: 328). Um dos seus colaboradores, Francisco Tenreiro, nascido em São Tomé, que depois de se diplomar pela Escola Superior Colonial, se junta ao novo Centro, contribuiu para esta viragem, mesmo que por pouco tempo devido a morte prematura (Ribeiro, 2003: 18/19). O foco sobre a ‘investigação regional’, levado a conceito de estudo geográfico no seu ‘Portugal e o Mediterrâneo’ (1945), permitia ao Ribeiro de ultrapassar fronteiras para dar um carácter não só ibérico mas transnacional a geografia em Portugal, baseado num “convívio interdisciplinar.” (Ribeiro, 2003: 123) A importância de trabalhar em rede, hoje em dia largamente aceite na academia mas na altura ainda pouco vulgar, levou a que o geógrafo procurasse estabelecer sinergias com etnólogos (como Jorge Dias), com geólogos (como Décio Thadeu), com historiadores (como Virgínia Rau), e também além-fronteiras – inicialmente sobretudo com colegas franceses e espanhóis - para abrir caminho a colaborações em fóruns internacionais (Garcia, 1998: 112/3; Ribeiro, 2003: 123-6). Ao desenvolver a geografia regional - na altura sobretudo rural - como uma ciência humana na academia portuguesa, Ribeiro aplica os seus conhecimentos em várias missões, começando na Guiné em 1947 até várias missões em Angola nos anos sessenta, na altura palco da guerra colonial (Garcia, 1998: 111).

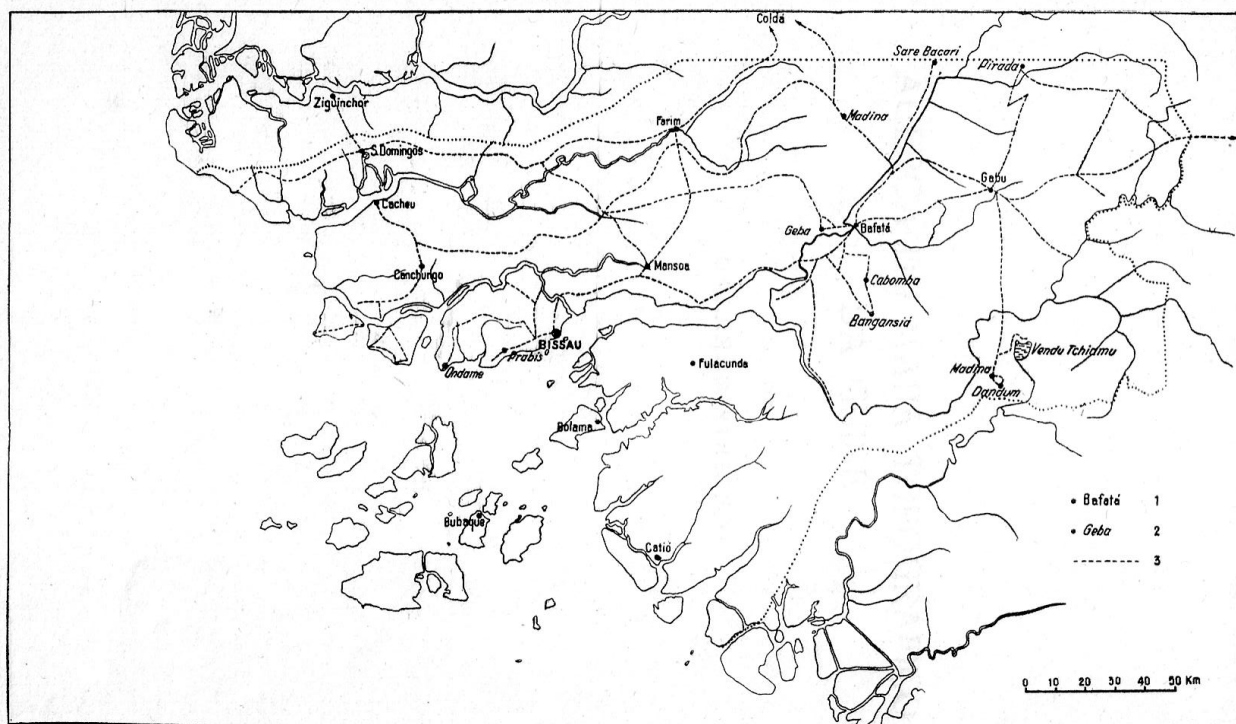
A par da sua docência na Escola Superior Colonial e a colaboração com a Junta que consolidam a sua associação com o mundo colonial, o geógrafo participa em 1949 num colóquio promovido pela Junta sobre a investigação científica colonial (Ribeiro, 1950b). Na sua palestra que é seguido de comentários de Mendes Correia e Marcelo Caetano que então dirigia a Câmara Corporativa, o geógrafo confronta algumas normas estabelecidas no contexto do regime autoritário do Estado Novo, que levantam críticas do antigo Ministro das Colónias. Lançando dúvidas sobre o papel pioneiro de Portugal na ciência colonial, consta que a tradição científica nacional era “uma destas flores de retórica (...) um destes lugares-comuns com que nos

consolamos do atraso atual” através do qual se atenuava “as graves deficiências do conhecimento atual dos territórios ultramarinos” (Ribeiro, 1950: 4) Esta observação, que é também uma crítica pouco velada a falta de uma ‘geografia colonial’ de carácter interpretativo, serve para constatar que a investigação colonial era “apenas um caso particular no panorama da investigação científica portuguesa”, que sofria de alguns problemas ao nível da formação e o recrutamento de investigadores; de uma ênfase excessivamente nacional sobre a investigação; da necessidade de trabalho de campo em vez de *armchair scientists*; da centralização e burocracia dos serviços; da subordinação da investigação as leis do funcionalismo; da falta de trabalhos monográficos e sintéticos; da falta de serviços adequados com bons quadros e meios de intervenção nas colónias (Ribeiro, 1950: 4-10). Criticando o seu individualismo “a outrance”, Caetano não se reconhece na afirmação do geógrafo que “o trabalho científico não se encomenda, ainda menos se decreta” e que a burocracia tinha uma conceção e prática contrária ciência no sentido de ‘criação’ (Ribeiro, 1950: 10/1; 16-18). Ao articular a noção da autonomia pessoal, liberdade individual e a liberdade de pensar a investigação, o Ribeiro insurge-se contra a legislação que no quadro do dirigismo estatal estabelece os limites de ação através de regras, organismos e rotinas de planeamento, comparando-a a “um vírus insidioso” (Ribeiro, 1950: 13). A ideia sublinhado pelo antigo Ministro das Colónias, de que a atividade académica em África devia sobretudo servir a afirmação da “soberania” e a “ocupação científica” das colónias choca aqui frontalmente com a evocação do prazer individual de investigar de forma “desinteressado e livre”. (Ribeiro, 1950: 10 & 17) A recusa do geógrafo de aceitar “uma hierarquia de utilidade” das ciências as questões coloniais (Ribeiro, 1950: 11) é bem patente no relatório bastante crítico sobre Goa de 1956 - “a terra menos portuguesa” do império - na vontade de “não esconder aspetos menos agradáveis, não dissimular facetas que ferem a nossa sensibilidade nacional” (Ribeiro, 1999: 64).

Contraste esse, com o trabalho de Mendes Correia, membro da Junta e responsável pela Missão Antropológica da Guiné, elogiando “a atitude de Portugal perante as gentes de além-mar que estão sob a sua soberania” (Mendes Correia, 1947: 7) ou Marques Mano que após uma visita a colónia, frisa “a nossa capacidade colonial (...) na construção do Ultramar” no quadro da “missão que a Providência nos confiou” (Mano, 1946: 346)⁵. Na ausência da fraseologia de costume acerca da *pax lusitana*, sobressaem a curiosidade e fascínio pelas terras por onde passa e pelas populações que encontra, na sua primeira ‘missão’ a África nomeadamente a Guiné em 1947. Apesar de Guiné não ocupar um lugar de destaque na sua obra, o roteiro pela colónia no espaço de três meses lhe permite de obter uma visão do conjunto nas zonas que percorreu e deste modo abrir novos horizontes na sua perspetiva sobre o mundo africano e colonial. Na impossibilidade de realizar uma missão de geografia humana a Cabo Verde, representa uma oportunidade

⁵ Sobre a obra antropológica e etnográfica de Mendes Correia, ver Matos (2012).

de conhecer melhor não só o clima e o ambiente africano e de pôr em prática os conceitos da geografia regional através da observação in loco em terras africanas. Os cadernos e alguns ensaios que seguem o trabalho de campo na Guiné não se debruçam sobre a ‘situação colonial’ ou a obra do regime, mas principalmente sobre as realidades locais, o relevo e morfologia, a cartografia, a agricultura, a habitação, a demografia, a economia rural e a etnografia. Os Cadernos que contém as suas observações e desenhos em estado bruto feitos durante as suas deslocações na Guiné (ver mapa, Ribeiro, 1950a: 25), representam uma ferramenta de trabalho, tal com os *fieldnotes* do antropólogo, que não chegou a ser transformado numa monografia sobre a Guiné. Se bem que observações sobre a Guiné aparecem de forma dispersa na sua obra, nalguns textos publicados a região é descrito numa perspetiva integral, por exemplo através do conceito de *terroir* (Ribeiro, 1953) ou um esboço histórico, geográfico e económico (Ribeiro, 1957).



Missão de Geografia à Guiné em 1947

Legenda: 1 — capitais de circunscrição; 2 — outras povoações; 3 — itinerários.

2. RECONHECER O TERRENO: DESBRAVAR CIENTIFICAMENTE A GUINÉ

O ‘timing’ da missão de Orlando Ribeiro a uma colónia pouco conhecida na altura na metrópole e além-fronteiras, e com pouca expressão no império luso de então, não podia ser mais propício. Com a chegada de Sarmento Rodrigues a Guiné em 1945 e as reformas por ele instituídas numa colónia que tinha sido até então votado ao abandono e desinteresse por parte da metrópole, mais preocupado com as joias da coroa como Angola e Moçambique, parecia que este pequeno canto do império entrou numa nova fase. O

investimento em infraestruturas básicas como saneamento urbano, habitação, escolas, postos sanitários, fomento da agricultura, fontes de abastecimento de água para rega e consumo geral, etc. marcaram a agenda de quatro anos de mudança. Apesar de reconhecer os esforços feitos pelos antecessores, as palavras do novo governador na sua posse em 1945, mostram uma vontade de por as mãos à obra: “Se nós disseram que na Guiné tudo está por fazer, não devemos espantar nós” (Sarmento Rodrigues. 1949: 5). Determinado em não repetir os erros do passado, o governante, insistiu, sempre num tom pedagógico, no lema da ação e da continuidade: “Um dos nossos grandes males tem sido ter ideias, tomar atitudes e passar adiante; o resultado é de ficar nada feito.” (Sarmento Rodrigues, 1948 243)

Além das obras coloniais propriamente dito – regra geral infraestruturas - que são sempre associados aos mandatos dos governadores no ultramar, uma das áreas inovadoras e sem dúvida chaves desta mudança foi o investimento feito pelo governante, e sobretudo o seu ajudante, e mão direita, o historiador Teixeira da Mota, na criação de um Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (CEGP) em 1946, que muito contribuiu para a aumentar a visibilidade da colónia através da divulgação acerca o ambiente físico, cartografia, geologia, hidrografia, geografia humana, demografia, etnografia, história, economia, agricultura, administração e saúde. Os mais de cem números do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* publicado entre 1946 e 1973 fornecem uma amostra da diversidade ‘da terra e as suas gentes’, que apesar das fortes marcas coloniais, constituem fontes de informação e conhecimento. No prefácio ao primeiro número do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, o então Ministro das Colónias Marcelo Caetano, discursando sobre a ocupação científica da Guiné, realça o enquadramento político dos saberes: dificilmente se podia “fazer séria política indígena antes de saber o que a antropologia e a etnografia estão em condições de nos ensinar sobre os naturais da terra” (Caetano, 1946: 2). O mesmo Centro também editou uma série de publicações, entre as quais se destaca a série de estudos feitos na base do Inquérito Etnográfico que teve lugar em 1946, que ainda hoje são referências base para estudar o período colonial nas suas várias facetas. Mas apesar de não ter sido um fórum para debate, e nem um verdadeiro centro de investigação científica - como o emblemático Rhodes-Livingstone Institute em Rodésia do Norte (criado em 1938) – a sua inserção em redes internacionais de pesquisadores, sobretudo na sua vertente histórica, criou novas sinergias, pouco habituais no contexto colonial português. Os estreitos contactos com o IFAN em Dakar (criado em 1938) e alguns dos seus colaboradores, fizeram com que a Guiné quebrou o isolamento em que se encontrava, em relação ao AOF, apesar de ser um pequeno enclave rodeado de colónias francesas. A Guiné Portuguesa, visto como atrasada pelos seus vizinhos⁶, parecia confirmar o seu novo estatuto na organização da II Conferência dos Africanistas

⁶ Ver a missiva do cônsul de França em Bissau, H. Bogaers, para o Ministério de Negócios Estrangeiros (MAE) em Paris, Direction Afrique-Levant, n° 65/AL, 6/10/1946. « Apesar de todos os projectos magníficos apresentados, examinados e

Ocidentais em Bissau em 1947, dando projeção internacional ao recém-criado Centro de Estudos. É aqui de lembrar aqui de que a Comissão Permanente do CIAO faziam parte alguns universitários de renome como Paul Rivet, do Museu de l'Homme em Paris, e Daryll Forde, do International African Institute em Londres.

Mas também não se deve esquecer que no ano anterior a capital tinha sido o palco de um encontro que celebrou o quinto centenário da Descoberta da Guiné em 1946, de cariz tipicamente colonial e num tema 'sagrado' do Estado Novo; o II CEAO se inseria na comemoração desta efeméride. Sendo a Guiné uma das primeiras regiões da África subsaariana que navegadores portugueses avistaram e visitaram no século XV, esta tinha um lugar 'especial' na historiografia do império nos primórdios da sua expansão. Alias, no seu discurso inaugural no CIAO, o então governador, não hesitou em lembrar o evento anterior, e "o primeiro contacto dos Europeus com a Terra dos Negros." (CIAO, vol. I, 1950: xxvi). E não esqueceu de elogiar a estreita ligação entre os 'descobrimientos' e a 'ciência', e o papel dos 'investigadores portugueses' na divulgação dos "mundos novos" a "velha Europa" (CIAO, T. I, 1950: xxiv). Este tema, cara ao regime, foi alias há décadas reafirmado por académicos lusos em encontros como congressos e conferências coloniais, para obsessivamente elogiar o contributo pioneiro destes: afinal, "quem lançou as bases da ciência colonial foram, incontestavelmente, os Portugueses." (Sampayo e Mello, 1936: 253). O diretor do IFAN se contentou com "o progresso notável" que estava em curso nas colónias portuguesas a respeito da investigação científica, não sem de referir a iniciativa do próprio IFAN quanto a colaboração internacional científica sob a sigla do CIAO ainda tomado durante a II Guerra (CIAO, T. I., 1950: xxix). Falando sobre 'A Investigação Científica no Ultramar Português', Mendes Correia, na altura diretor da Escola Superior Colonial - e incluindo referências obrigatórias a Camões e Zurara - passou a revista os feitos científicos lusos na navegação, na cartografia, na botânica, na biologia e na antropologia. Quanto a época mais recente, o médico e antropólogo, destacou a Missão de Combate a Doença do Sono, criado dois anos antes, e que se ia tornar o projeto mais notório em termos de investigação científico na Guiné pós guerra⁷. As missões de hidrografia (1944), zoologia (1946), antropologia (1946), geologia (1947) e geografia (1947), a maior parte arrancando logo a seguir a II Guerra, coordenadas pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais também tiveram lugar de destaque no seu discurso de abertura (CIAO, T.1, 1950: xxxix).

A Missão de Geografia de Orlando Ribeiro, por ser um projeto marcadamente pessoal, algo improvisado e sem continuidade, não se podia comparar em termos de verbas, equipamento, amplitude ou impacto a outras missões como aquela de antropologia, cuja primeira campanha teve lugar em 1946. Este último foi

decididos pelas autoridades competentes, para melhorar a situação na Guiné Portuguesa, esta continua ser uma colónia isolada onde o progresso não avança ». (trad. pelo autor)

⁷ Ver Philip J. Havik, *Public Health and Tropical Modernity: the combat against sleeping sickness in Portuguese Guinea (1945-1974)* (no prelo)

precedido por uma visita exploratória para a Missão de Antropologia na Guiné feito pelo Mendes Correia, que pretende montar uma missão a semelhança daqueles organizados pelo *Office de la Recherche Scientifique Coloniale* (ORSC) criado em 1943 (Bonneuil, 1990: 83; Petitjean, 2005: 107) segundo os parâmetros do inquérito para o estudo antropológico das populações indígenas da AOF (Mendes Correia, 1946: 183). Alias, o caso francês serve sempre como um exemplo para as missões portuguesas de “pôr a ciência ao serviço das colónias” (Bonneuil, 1990: 100; Petitjean, 2005: 126/7), apesar de não poder rivalizar com os meios humanos e financeiros do primeiro. Tendo em conta os recursos bastante limitados, o sucesso da missão de Ribeiro muito se prende com os meios disponibilizados pela Junta mas através das colaborações no terreno, com a Missão de Geologia liderada por Carrington da Costa que já estava no terreno, e também com os administradores e chefes de posto das circunscrições. Além de dar uma maior mobilidade em termos de deslocações também permitiu uma proveitosa troca de observações in loco (Ribeiro, 1950a: 8). Talvez por esta razão, mas também devido ao seu interesse de realizar um trabalho de geografia humana, o Ribeiro opta por dedicar a maior parte dos Cadernos as populações no interior e os seus modos de vida (Havik & Daveau, 2011: 20). Num outro vertente, a missão que reúne elementos para uma cartografia da Guiné, para significativamente melhorar o último mapa da colónia na escala de 1: 500.000 publicado em 1933 (Ribeiro, 1950b: 27).

Os dois objetivos da missão encaixaram a perfeição na pesquisa em curso no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (CEGP) sob a direção de Teixeira da Mota: enquanto o Inquérito Etnográfico lançado em 1946 representava os primeiros esforços bem coordenados e sistematizados para estudos aprofundados dos grupos étnicos da Guiné, simultaneamente corria o inquérito a habitação indígena, ambas suscitando grande interesse no geógrafo (Ribeiro, 1950a: 11). Alguns resultados destes inquéritos serão publicados em 1947; a maior parte viu a luz do dia através do CEGP nos anos seguintes⁸. Além destas, havia uma outra linha de atuação fortemente associado ao trabalho do historiador e do geógrafo, nomeadamente a pesquisa topografia sobre a Guiné, no sentido histórico e contemporâneo. O primeiro mapa de estradas (Mota & Neves, 1948: 19) e de vários mapas sobre a hidrografia e topografia da Guiné devia muito a “mania cartográfica” do historiador (Mota, 1954, I: xxxii), e resultará nos anos cinquenta, aproveitando os dados recolhidos pelo Ribeiro, nos mapas de escala 1:50.000 (Havik & Daveau, 2011: 23). A monografia sobre a Guiné do primeiro, nas suas secções sobre a geomorfologia e topografia, contém numerosas referências ao trabalho de Ribeiro (Mota, 1954: 7-26), tal como noutros estudos (Mota & Neves, 1948: 402). Também no que dizia respeito a abordagem do contexto colonial que os dois cientistas estavam de acordo: a recusa de

⁸ Ver A. Carreira (1947) *Mandingas da Guiné Portuguesa*, Bissau: CEGP, 1947; A. Carreira (1947) *A Vida Social dos Manjacos*, Bissau: CEGP; J. Mendes Moreira, *Fulas do Gabu*, Bissau: CEGP, 1948; A.J. Santos Lima (1947) *Organização Económica e Social dos Bijagós*, Bissau: CEGP, 1947; J. Vellez Carozo, *Monjur; o Gabú e a sua história*, Bissau: CEGP, 1948.

Teixeira da Mota de apresentar “uma África cor-de-rosa” e enfatizar “os seus problemas” e de “lutar por que sejam debatidos e deles se toma consciência geral” por via das ciências no sentido lato (Mota, 1954: xxxiv & xxxv) segue a mesma linha de pensamento de Ribeiro que insistira que os “estudos africanos” não deviam somente de recorrer “a engenheiros, agrónomos, médicos e veterinários, mas também aos cultores das ciências (...) da compreensão humana, como a sociologia, a etnologia, a geografia”. (Ribeiro, 1961: 22) Concordaram também quanto a “ausência da tradição de investigações científicas ultramarinas entre nós, que argutamente apontou o Orlando Ribeiro; ‘muitos observadores excelentes, excelentes observações isoladas’, mas falta de ‘équipes’, e de escolas” (Mota, 1954: xxx). Se bem que os apontamentos de Ribeiro não foram sistematizadas, existia de facto a intenção de fazê-lo, posteriormente, numa publicação intitulada ‘Geografia da Guiné Portuguesa’ para que necessitava de fazer mais uma campanha que nunca se materializou (Ribeiro, 1950a: 22/3).

3. A MISSÃO DE ORLANDO RIBEIRO: SOCIEDADES AFRICANAS EM MUDANÇA

Descrito com “um país singular, especial, característico, quase exclusivamente de terras baixas, sulcadas de largos rios e canais”, a Guiné surge nas escritas da época como uma terra povoada por grupos étnicos cujas designações, e até a sua localização, não mudaram significativamente desde os primeiros contactos no século XV (Mendes Correia, 1943: 349; Ribeiro, 1952: 21). Se posteriormente, outros autores confirmaram (Mota, 1954: 141) ou contestaram (Galvão & Selvagem, 1951: 18/19) estas afirmações, a grande diversidade da população em termos históricos e culturais e a falta de conhecimento sobre a sua evolução e estado presente, ainda não permitiu uma visão geral nos meados dos anos quarenta: o inquérito etnográfico estava em curso e o primeiro censo mais rigoroso da população (de 1950) ainda estava por fazer. Mas, precisamente por ir além do contexto bio-etno-histórico, o geógrafo acrescentou uma perspetiva bastante mais dinâmica as sociedades africanas no território no presente. Para começar, afastou-se de terminologia consensual na época, baseado nos (pre)conceitos de ‘raça’ ou ‘tribo’, substituindo os pelo termo mais neutro de ‘povo’. (Ribeiro, 1950: 15) Segundo, ele usa o termo ‘chão’ (*tchon* no Crioulo da Guiné) devido ao seu significado para os povos que residem na região, que exprime ‘bem a ideia de como estes povos imprimem um carácter aos territórios que dominam’ (Ribeiro, 1950a: 19). E pelas informações que lhe chegam através das conversas com informantes locais – régulos e seus descendentes, chefes de *tabanka* (ou aldeia) e ‘grandes’ - mas também com funcionários administrativos, comerciantes e *ponteiros* (donos de plantações, regar geral de amendoim ou cana de açúcar) - que alguns destes povos são bastante heterogéneos (como os Fula) e que tem tradições muito diversas no pequeno enclave. Terceiro, pelo facto de a Guiné não ser uma colónia de povoamento europeu, devido ao seu clima, doenças endémicas, serviços de saúde deficientes, que e, pouco tempo transformam pessoas ‘robustas’ em sombras pálidas (Ribeiro, 1950a: 20) deixando ‘o

branco’ – regra geral comerciante ou funcionário - que mais demoradamente permanece nestas paragens ou isolado e num estado melancólico, ou seduzido pelas belezas tropicais. Daí que estabelecimentos de colonização europeu são raros e muitas vezes precários e instáveis, sendo Bissau e Farim os únicos com uma certa continuidade (Ribeiro, 1950a: 20/1). Outra observação pertinente é de que as poucas presenças ‘colonizadoras’ que merecem tal epíteto, na falta de europeus, são os Crioulos Cabo-verdianos e os Libaneses ou Sirianos, os primeiros principalmente agricultores ou *ponteiros*, e os segundos comerciantes que dominam as trocas com as comunidades locais.

Em termos de geografia humana, a Guiné é visto como uma região de transição e contacto, entre os povos do litoral, habitado pelos Manjacos, Pepel, Mancanhas, Balantas e Bijagós – estas últimas nas ilhas homónimas - e a zona da savana no planalto interior povoado pelos Fula e Mandinga. Os seus contactos com os Fula, nomeadamente os Fulas do Gabú, foram os mais estreitos, principalmente por causa das longas conversas com o irmão de um régulo daquela região, o Talibé, que aparece em várias fotografias por ele tiradas durante a sua primeira estadia (Havik & Daveau, 2011: 245). Mas em vez de simplesmente dividir a colónia em ‘animistas’ (no litoral) e ‘islamizados’ (no interior) - zonas bastante distintas em termos de clima, geo-morfologia e vegetação - tenta estabelecer os traços comuns entre eles (Ribeiro, 1952: 15) ou distingui-las segundo certos critérios. A informação está, quanto for possível, sistematizada, de acordo com os inquéritos que fez junto as populações: os métodos de cultivo (itinerante ou sedentária; sequeiro ou de regadio); os terrenos de cultivo (quintal, lugar, arrozais, campos de milho, etc.), as culturas principais de subsistência (colheitas de arroz e/ou milho); a preparação do terreno para cultivo (divisão de trabalho, técnicas, e alfaías agrícolas; adubagem; rotação de culturas, e pousio), a construção de diques e comportas; o povoamento (posse da terra; organização do espaço; demografia), a habitação (construção e tipos de habitação; armazenamento); a vida diária (dieta e hábitos alimentares) e os principais rituais (de iniciação ou *fanado*, ritos funerárias ou *choros*).

Portanto, longe de se esgotar numa etnografia ‘clássica’, o geógrafo prefere de apresentar os povos e as suas comunidades inseridos na natureza, no relevo, nos solos, na hidrografia, na paisagem e o ambiente no sentido lato do termo, sublinhando os múltiplos elos que lhes ligam a um dado *terroir* (Ribeiro, 1953). Deste modo consegue-se uma abordagem holística, e dar uma noção da identidade específica de cada ‘povo’, baseado num composto de vários parâmetros, que também incluem aspetos agrónómicos, arquitetónicos, etnográficos e linguísticos. Se nos seus apontamentos dos Cadernos a maior ênfase recai sobre três grupos, os Fula, Balanta e os Manjaco, não é só porque eram e ainda são, em termos numéricos, os principais grupos étnicos (no seu conjunto, dois terços de aproximadamente 500 mil habitantes), mas também porque ocupam zonas geográficas distintos. Enquanto, os Fula residem em duas zonas, as colinas do Boé, perto da

fronteira com a então Guiné Francesa, e o planalto de Bafatá e Gabú, os Balanta – em parte misturado com Mandingas - se estendem pela zona de transição no limite dos marés, com florestas densas, até a planície do litoral, entre os cursos dos rios Cacheu, Geba & Mansoa, e os Manjaco (tal como os Pepel e Mancanha) residem nas zonas mais baixas até a costa (incl. a Costa de Baixo). Cada um destes *terroirs*, contribuiu em larga medida para influenciar a identidade destas comunidades, a utilização da terra, a organização social, e os seus estilos de vida, além de cada grupo modificar de algum modo o seu habitat natural para a adaptar as suas necessidades.

Os primeiros, os Fula, composto por vários subgrupos – por ex. Fulas de Gabú, Fulas do Boé e Futa-Fulas - itinerantes, pastores, cuja alimentação é a base de milho, habitando as zonas do planalto no leste da Guiné, em aldeias construindo habitações frágeis, abandonando-as quando migram para pastos novos (Ribeiro, 1950a: 16; Ribeiro, 1952: 18/19). O Caderno mostra a estrutura e divisórias das casas, o seu método e materiais de construção, e organização da *morança* – o conjunto da casas onde reside a família extensa – e o quintal, perto da *morança*, onde cultivam hortaliças e árvores de fruta. Também descreve a alimentação, culturas (milhos, mas também arroz de sequeiro, e amendoim ou *mancarra*), as atividades transformadoras (mel e cera de abelha), gado (vacum, cabras, carneiros), métodos de lavoura e alfaías agrícolas, a divisão de trabalho segundo sexo, e pesca de rio e caça (Havik & Daveau, 2011: 62-8; 76-83; 102-8; 156-9). Relevante é a observação, regra geral ausente de outros estudos de género mais etnológico, sobre a venda de produções com o qual os Fula pagavam os seus impostos (principalmente o imposto de palhota, ainda em vigor na Guiné nos anos quarenta), por ex. em espécie com arroz ou através da venda de borracha, anil, mel e cera (Ibid: 83)⁹. Alias, a tradição migratória dos pastores Fula, leva-o a constatar que nas circunscrições habitadas pelos Fula (sobretudo nas regiões de Bafatá e Gabú), as receitas mostraram grandes oscilações consoante as suas mudanças de residência (Ribeiro, 1961: 16). Nos apontamentos também sublinha a importância dos regulados, por ex. quanto a posse da terra, numa sociedade centralizada e estratificada, além de fornecer alguma informação histórica sobre os Fula e a sua rivalidade com os Mandinga, que antigamente dominavam na região (no reino de Kaabú) com base nas conversas com o Talibé e um guarda administrativo ou sipaio (Havik & Daveau, 2011: 156-8). É de notar que a administração portuguesa estabeleceu uma aliança política e militar com os Fula no fim do século XIX, que durou até ao fim da era colonial; a forte ligação entre o geografo e os seus informadores Fulbe, pode ter tido contribuído esta proximidade histórica e cultural; afinal, são descritas como membros de uma ‘aristocracia’, cuja “finura humana”, “cortesia” e “capacidade e gosto de reflexão” muito valorizou (Ribeiro, 1961: 7).

⁹ Curioso é a ausência nos Cadernos de referências a *mancarra* como cultura de renda dos Fula, sendo a principal fonte de rendimento das populações e sobretudo no *chão* Fula. As relações de proximidade entre os Fula e a administração colonial, tinha muito a ver com a circunstância de serem os maiores produtores de amendoim.

Os segundos, os Balanta (-Brassa), o grupo mais numeroso, vivendo em aldeias dispersas, em habitações complexas e sólidas, agricultores exímios, cultivando arroz em arrozais alagados, os *bolanhas*, organizado em povoamentos dispersos, são identificados pela sua notória capacidade de se adaptar, expandir, e migrar, principalmente de Norte a Sul, facilitado pela sua organização social, assente numa sociedade segmentária (Havik & Daveau, 2011: 70-3; 146-56). Nas suas publicações sobre a Guiné este grupo surge com a mais ‘trabalhadora’ (Ribeiro, 1950a: 17), uma perspetiva que nasce nos escritos do século XIX quando os Balanta iniciam a sua expansão e intensificam o cultivo de arroz de *bolanha*, tornando-se os grandes fornecedores deste alimento base para toda a região. A sua rápida expansão em direção ao Sul a partir das primeiras décadas do século XX, através da migração de patri-linhagens que se descolocam através de grandes distâncias, para ocupar e desbravar terrenos alagados e construir diques para ganhar terra de cultivo ao rio e o mar, ocupando à pouco e pouco as zonas férteis e alagados do chão de outros grupos, como os Biafada e Nalú (Ribeiro, 1950a: 17; Ribeiro, 1952: 18/19; Havik & Daveau, 2011: 150/1). Ao reconhecer a sua destreza para mudar a fisionomia da terra, o autor também critica a complacência das autoridades em relação aos Balanta – dada a sua disponibilidade para fornecer mão-de-obra, principalmente aos *ponteiros* – por provocarem reações adversas nos seus vizinhos (Ribeiro, 1950a: 17) desconfiados pela sua tendência ‘expansionista’. As notas de campo dão conta do fascínio do autor pela “forma de civilização assente no solo” (Ribeiro, 1950a: 17), a intrincada construção das suas casas, as suas grandes *moranças* isoladas e afastadas, pela sua lavoura das *bolanhas* e a gestão da água, e pela olaria dos Balanta, feito pelas mulheres, que produzem panelas potes para armazenar arroz e água. Uma visita a *tabanka* de Maqué, onde Balanta e Mandinga coabitam, permite realçar “dois tipos de vida muito diferentes”, a primeira virada quase exclusivamente para a rizicultura, a segunda caracterizada por uma policultura baseado numa maior diversidade de produções e profissões (Ribeiro, 1952: 17/18).

Esta amostra de uma sociedade dinâmica, também se espelha nas descrições de *tabankas* Manjacos (Havik & Daveau, 2011: 128-36; 142-5), um grupo menos numeroso mas considerado como “uma das mais avançadas da Guiné” (Ribeiro, 1952: 21). Tendo a zona costeira como seu habitat, são sedentários, cultivam arroz de *bolanha*, além de extrair óleo dendém, nozes e vinho das palmeiras. Os Manjacos que ocupam a zona entre o rio Cacheu e a ilha de Bissau, evidenciam uma forte ligação entre os seus povoamentos e o seu *terroir*, simbolizado pela palmeira (*Elaeis guineensis*) que contrasta com o gado dos pastores Fula e os arrozais dos Balanta, fornece uma imagem nítida da noção de identidade deste ‘povo’ (Ribeiro, 1953: 172). As suas casas, diferentes das outras etnias, despertam o interesse do geógrafo: são grandes e espaçosos, algumas alongadas, outras em forma de u ou circulares com pátio interior, com uma arquitetura de traços

largos e construções invulgares, por ex. torres das casas na Ilha de Pecixe¹⁰. Os seus povoamentos também foram alvo do inquérito sobre a ‘habitação indígena’ feito por administradores e chefes de posto, publicado no mesmo ano da missão de geografia, que resultou em três estudos diferentes (Mota & Neves, 1948: 261-324). Lavradores de sequeiro (ou *pam-pam* no Crioulo da Guiné) no mato e de terrenos alagados nos mangais nas margens dos rios, praticam um sistema de aluguer de *bolanhas* por quem não as pode lavar, pagando mão-de-obra em troca de gado ‘por tabela’ com prazos preestabelecidos (Havik & Daveau, 2011: 143). Mas também se destacam, tal como seus vizinhos e parentes, os Pepel, pela vida marítima, navegando os rios e a zona costeira em canoas ou pirogas, para pescar, para as Ilhas Bijagós onde sobem as palmeiras para colher *coconote*, e para outros destinos como Senegal.

Os outros grupos nas áreas estudadas, como os Pepel da Ilha de Bissau (Ribeiro em Havik & Daveau, 2011: 51-9; 115-23) e os Mancanha de Có (Ribeiro em Havik & Daveau, 2011: 137-41), relacionados ao nível de parentesco e línguas com os Manjaco no litoral, e os Mandinga no interior, são descritos de modo menos detalhado, mas não sem fornecer uma noção da sua identidade histórica e cultural. Os Mandinga (Ribeiro em Havik & Daveau, 2011: 68-71; 74; 86-93) que vivem dispersas na zona de transição, empurrado pelos Fula após ter perdido a estes o domínio do interior (que detinham desde o século XV) e a sua influência – através da *mandinguização* – sobre os povos do litoral, são apresentados como mestres de ofícios, professores e pregadores do Islão, com um grande prestígio junta as populações islamizadas (Ribeiro, 1952: 17). A visita de Ribeiro a Bidjine, o mais antigo centro da religiosidade mandinga e muçulmana na Guiné, revela alguns aspetos fundamentais da sociedade, com uma atenção particular para os ferreiros, dos quais fez desenhos, sem contudo contextualizar esta sua atividade (Havik & Daveau, 2011: 93)¹¹. Povoados grandes, como Djabicunda (então com 1500 habitantes), servem para mostrar a natureza policultural das comunidades, em torno da lavoura – e pesca - feito pelas mulheres nas *bolanhas* e dos quintais, dos homens nos campos de arroz *pam-pam* e várias espécies de milho (para a alimentação e armazenagem) de forma rotativa com *mancarra* (com que pagam o imposto de palhota), no período das chuvas de Maio a Outubro (Havik & Daveau, 2011: 86-8).

Os Mancanha (ou Brame), o seu chão encostado aos Manjaco, se distinguem por os povoados serem cercados pelos terrenos de cultivo onde praticam uma agricultura intensiva e rotativa de arroz, milhos e

¹⁰ Teixeira da Mota sugere então que estas torres tinham a função de postos de observação (‘look-outs’) por causa dos ataques feitos pelos Bijagós, excelentes marinheiros, nas suas canoas rápidas, a partir das Ilhas homónimas, o seu chão, contra os povos do litoral (como os Papel, Manjaco e Biafada); ver Ribeiro (1950a: 18).

¹¹ Os ferreiros Mandinga ou *numó*, pertencentes a determinadas patri-linhagens ou clãs endogâmicos, que fazem parte do estrato de *nyamakala* composto por profissionais e artesões, foram muito importantes para o domínio dos povos Mandé na África Ocidental, por introduzir alfaia agrícola e armas sofisticados, que facilitaram a sua expansão, além de desempenhar um papel como mediadores culturais; ver McNaughton (1993).

mancarra. As suas habitações são ‘simples’ pelo facto que o Mancanha “anda sempre a passear”, mudando de residência consoante a fertilidade do solo Ribeiro, em Havik & Daveau, 2011: 138/9) Diferente do Manjaco por mostrar menos interesse pela gestão e exploração do palmeiral e não estar muito virado para a vida marítima, a sua agro-economia se centra muito na produção de *mancarra*, com o qual paga o imposto de palhota (Ibid: 140). As notas sobre os Pepel cujo chão é formado pela Ilha de Bissau, onde que se encontra o capital da Guiné, estão diretamente associados aos projetos de recuperação das bolanhas iniciados sob o mandato de Sarmento Rodrigues (Ribeiro, 1950b: 30). O grande *ourique* ou dique exterior que circunda o *bolanha* de Picle, na ponta oeste da Ilha, serve como pano de fundo para uma descrição de uma *bolanha de reinança* na posse de certas matri-linhagens chefiados por *djagras* ou régulos, dividido em parcelas por ‘muros’ de terra batida; algumas fotografias mostram a grande extensão dos terrenos, onde os lavradores se deslocam em canoas (Havik & Daveau, 2011: 217). Os Pepel que constroem casas solidas e complexas, em forma de triângulo e polígono, com várias divisões- que constituem verdadeiros labirintos no caso de régulos - também estão virados pelo mar, sendo exímios navegadores, tal como os Manjacos, e partem na estação seca para as Ilhas Bijagós para subir a palmeira e apanhar noz da palmeira ou *coconote* (Havik & Daveau, 2011: 119). A sua deslocação a ilha de Bubaque nos Bijagós (Havik & Daveau, 2011: 166-9) que ficou para a segunda missão a Guiné para participar na II CEAO em Bissau em Dezembro de 1947, fez parte de uma excursão não previsto e improvisada para conferencistas, e por conseguinte muito mais limitado no seu alcance. Das poucas páginas dedicadas aos Bijagós, sobressaem algumas semelhanças com os seus congéneres - também matri-lineares - Pepel, Manjaco e Biafada no litoral, pela lavoura de arroz na *bolanha*, mas também diferenças notáveis no que diz respeito a arquitetura, com as suas casas caiados de branco e decoradas com desenhos coloridos e o papel da mulher na divisão de trabalho (Havik & Daveau, 2011: 168 & 248).

Um grupo regra geral omitido nos estudos etnográficos, os Cristãos ou Kriston da aldeia de Geba (Havik & Daveau, 2011: 76; 99), formam claramente um grupo ‘fora do baralho’ neste conjunto. Situado no curso superior do rio Geba no limite dos marés o porto fluvial de Geba, que remonta ao século XV e constituiu o berço da sociedade Kriston, junto com outros portos como Cacheu e Bissau (Havik, 2010). A curiosidade que esta comunidade desperta ao geografo, pela sua identidade híbrida, entre o batismo cristão e a prática ‘animista’, ostentando nomes portugueses mas faladores do Crioulo, deixa-o com a sensação que não ‘cabe’ dentro de nenhum denominador comum. A sua curta estadia não o permitiu de se entranhar mais na vida dos “Cristom” (Ribeiro, em Havik & Daveau, 2011: 99), nas suas profundas raízes na região, onde formaram um estrato social trans-étnico que em tempos dominou o comércio fluvial até o início do século XX, ou no papel notável das mulheres, como comerciantes na região (Havik, 2011). A saída da maioria dos Kriston de Geba para Bafatá, doze quilómetros rio acima, no último quartel do século XIX, ditou o fim do antigo

empório de Geba, do qual Bissau dependia (Havik, 2011), e de que na altura somente resistia uma “povoação quase morta”, com uma escola da missão franciscana mas sem missa na igreja, além de algumas *tabankas* que avistou ao longo do rio Geba (Havik & Daveau, 2011: 76; 99).

4. CONCLUSÕES

A missão geográfica de Orlando Ribeiro a Guiné constituiu ao mesmo tempo uma missão exploratória para um ‘novato’ no que dizia respeito a África, mas também inovadora no quadro dos estudos de ‘ciência colonial’ em Portugal. No primeiro caso representava a primeira oportunidade para um geógrafo de reconhecer cientificamente o ‘ultramar’ após de ter viajado num ‘cruzeiro de férias’ em 1935 promovido pelo Estado Novo pelo Atlântico para os destinos insulares de Madeira, Cabo Verde e São Tomé, e continentais como Angola (Ribeiro, 2003: 75; Ribeiro, 1981: 22-5). Quanto ao segundo, foi o enfatizar da necessidade de um trabalho interdisciplinar, ao combinar aspetos da geografia física com a geografia histórica e cultural, e cruzar as ciências naturais com as ciências humanas, a geologia e agronomia com a antropologia cultural, a sociologia e a história. Também o fez, ao optar, por integrar, de forma harmoniosa, o ambiente natural com as comunidades que viviam nas terras africanas, através de um olhar de empatia com as populações e as suas preocupações. E por ligar a vivência destas comunidades e as suas relações com as autoridades coloniais, e a economia colonial, os quais ditavam o destino de parte da sua lavoura para pagar os seus impostos. Por fim, por traçar os contornos de uma nova abordagem para o trabalho dos próprios investigadores, ao acrescentar as suas ‘missões’ a noção de liberdade individual de investigação e de pensamento que não era, de modo nenhum, consensual no contexto do Estado Novo. Este alargar de horizontes, que também passava pelo contacto com colegas no estrangeiro e nas colónias de outras nações europeias, é um pre-anúncio das mudanças que terão lugar nos meados dos anos cinquenta, e que levaram a uma profissionalização das ciências sociais ao nível universitário que além de ditar a institucionalização de disciplinas na Escola Superior Colonial (Águas, 2012: 345), também as permitia um certo grau de autonomia perante o poder político. Mas longe de se tratar de uma mera investigação “desenvolvimentista” (Castelo, 2012: 350) ao serviço do Estado Novo no quadro dos Planos de Fomento e a viragem com as reformas da Junta dos anos sessenta, o trabalho desenvolvido pelo geógrafo na Guiné e noutras paragens sublinha a importância do “contacto (direto) com as populações locais” (nas colónias) e mais relevante ainda, “a abertura ao conhecimento local” (Castelo, 2012: 380). Neste sentido, a missão do geógrafo não se coaduna com o objetivo nacional de legitimar o Estado Colonial e a política ultramarina como uma “obrigação universal de solidariedade científica”, uma “missão nacional” (Petitjean, 2005: 126). Deste modo, contraria a ideia que começa a tomar forma no período entre guerras, de transformar a academia num instrumento de

‘tecnologia política’ (L’Estoile, 2005: 40-45) para forjar uma ‘ciência colonial’ que serve para desenvolver as colónias no quadro de ações planificadas (MacLeod, 1996: 95; Bonneuil, 2000: 359).

Nesta missão e outras que a seguiram, o geógrafo serviu-se dos conhecimentos que acumulou, através de longas conversas com o etnógrafo Leite de Vasconcelos, um dos seus principais mentores. A noção da etnografia como “o estudo da vida coletiva de um povo”, entrelaçando aspetos históricos e contemporâneos, numa perspetiva comparativa, se tornou parte integrante da abordagem que desenvolveu da geografia humana (Ribeiro, 2003: 69), e que é omnipresente nos apontamentos nesta sua primeira missão. Os ensinamentos de geógrafos franceses como Martonne e Demangeon que teve durante os estudos na Sorbonne, onde se familiarizou com outros académicos estrangeiros oriundos de várias disciplinas, facilitariam os seus contactos com colegas francófonos, por exemplo do IFAN, e com Richard-Molard em particular, que estava a escrever um trabalho importante sobre a geografia física e humana do AOF após trabalho de campo prolongado (Richard-Molard, 1949), com quem trocou algumas impressões (Ribeiro, 1950a: 23).

Pelo facto de a sua primeira viagem coincidir com um período de novas iniciativas na Guiné sob a governação de Sarmento Rodrigues, o seu 'timing' foi benéfico por reforçar os laços entre investigadores no terreno (de entre os quais Teixeira da Mota) e o seu empenho pela criação de novos padrões de estudos científicos das colónias, designadamente na área de cartografia, demografia, história e etnografia. Por outro lado, como esta primeira viagem coincidiu também com uma outra missão no terreno, nomeadamente da Missão Geológica, enquanto a segunda deslocação para a Guiné teve como finalidade a sua participação no II CEAO, os resultados preliminares dos seus trabalhos foram partilhados de imediato com a comunidade científica colonial alargada de então. Apesar de a missão não ter resultado em muitas publicações baseado nos dados recolhidos no terreno, alguns textos mostram as vantagens da transposição de uma ‘geografia regional’ para o meio africano (Ribeiro, 1953). O autor, não foge da comparação das terras africana com o Mediterrâneo, cujas “paisagens profundamente humanizadas”, surgem com um contraponto aos marcos muito mais fracos, discretos e passageiros no continente africano (Ribeiro, 1953: 177).

Porém, são os cadernos de campo da Guiné do geógrafo, só agora reunidos num livro, que melhor espelham a essência do trabalho de campo e o contacto direto com a realidade no terreno. Um dos fios narrativos da missão para a Guiné, é sem dúvida o prazer de viajar e de contactar com as populações locais, apesar de sofrer alguns problemas de saúde e de sentir os efeitos do clima no fim da estação seca. O facto de ter beneficiado da *osprindadi* ou hospitalidade proverbial dos seus informadores locais que lhe mostrarem as suas casas, de descrever as suas tradições e de nalguns casos de partilhar as suas refeições e de o albergar, não foi esquecido (Ribeiro, 1950a: 10). As suas várias referências a termos crioulos para identificar aspetos

da paisagem, das culturas e das tradições, ilustra o impacto da sua interação com o mundo local. Alias, Orlando Ribeiro ficou admirado pela precisão e generalidade nas respostas que os informantes locais, falando uma língua estranha (Português), deram na colónia, “que em nada ficava abaixo da de camponeses da nossa terra.” (Ribeiro, 1961: 7). O valorizar do “aspeto humano” da missão sobretudo quanto ao contacto com as populações, que não hesitaram de exprimir o seu agradecimento pela amena conversa (Ribeiro, 1950a: 10; Ribeiro, 1961: 7), exprime o gosto – contagiante - pelo trabalho de campo e pelo “convívio com pessoas de todas as condições sociais” (Ribeiro, 2003: 63). É pena que, devido às limitações do tempo, não lhe foi possível de visitar o Sul da Guiné, que desde os anos vinte foi o palco de grandes transformações devido a migração de orizicultores Balanta e a grande expansão do cultivo de arroz de *bolanha* (Havik & Estácio, 2012).

Mas a sua passagem pela Guiné permite sobretudo de conhecer, apesar do curto espaço de tempo, a capacidade de um então ainda principiante em terras africanas de projetar uma ‘geografia integral’ (Ribeiro, 2003: 134), uma visão do conjunto natural e humano de *terroirs* e os seus habitantes com base num trabalho de proximidade através de um olhar curioso e caloroso. Se para o regime de então, o geógrafo era olhado como “uma pessoa incómoda” que não teve “junta dos poderes do Estado a menor audiência” (Ribeiro, 2003: 158), e não evitou de assinalar e discutir problemas coloniais, no modo que as suas investigações foram olhadas com uma certa desconfiança ou simplesmente ignoradas. Não obstante estes entraves, Orlando Ribeiro conseguiu, apoiado pela sua equipa no Centro de Estudos Geográficos, de colocar a ‘geografia colonial’ no mapa institucional e científico através de uma geografia aplicada, que ai além de uma mera contemplação naturalista (Ribeiro, 1981: 25). Fez questão de enfatizar, que era prioritário para os “formadores” de divulgar e partilhar “o saber de experiência feito” obtida através da “própria vivência” se se pretendia criar que uma “mentalidade colonial”¹². Na sua capacidade de “geógrafo sempre com a mala e pronto a partir para onde me deixaram ir, entrevi a certa altura a possibilidade de desenvolver os meus estudos em África” (Ribeiro, 1950a: 16) este “homem independente e livre” (Ribeiro, 2003: 157) realçava “o prazer da investigação” (Ribeiro, 1950c: 11). Deste modo praticar ciência nas colónias significava criar um “espaço intelectual” mais no sentido de “ciência no império” que “ciência pelo império” que mergulhava num ambiente natural e social em mudança para partilhar uma “visão policromático do mundo” (MacLeod, 1996: 91).

BIBLIOGRAFIA:

¹² Orlando Ribeiro, “O Conhecimento do Ultramar”, in: Suzanne Daveau (org.) *Orlando Ribeiro: universidade, ciência e cidadania* (no prelo). Agradecemos a disponibilização de textos da referida obra pela autora, que ainda se encontra em fase de elaboração.

- ALMEIDA, António de. 1940. "Relatório sobre a organização, na regência da 4ª cadeira do CSC do curso de antropologia colonial", *Anuário da Escola Superior Colonial*, xix-xx, 1938-1939. 66-75.
- AMARAL, Ilídio do. 1983. "Da Comissão de Cartografia ao Instituto de Investigação Científica Tropical", *Finisterra*, XIII, 36: 327-31.
- BONNEUIL, Christophe. 1990. "Des Savants pour l'Empire, des origines de l'ORSTOM", *Cahiers pour l'Histoire du CNRS*, 10: 83-102.
- 2000. "Development as experiment: science and state building in late colonial and postcolonial Africa, 1930-1970", *Osiris*, 15: 2ª série, 15: 258-81.
- CAETANO, Marcelo. 1946. Uma crónica nova da conquista da Guiné, in: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, I, 1: 1-3.
- CASTELO, Claudia. 2012. "Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974", *Manguinhos, Historia, Ciências, Saúde*, I.19, 2: 391-408
- 2012. "Ciências, Estado e desenvolvimento no colonialismo português tardio", in Miguel Bandeira Jerónimo (org.) *O Império Colonial em Questão: poderes, saberes e instituições*, Lisboa: Edições 70: 349-88.
- CORKILL, David & Almeida, José Carlos Pina. 2009. Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The Mundo Português Exposition of 1940, in: *Journal of Contemporary History*, 2009, 44: 381-99.
- GALVÃO, Henrique & Selvagem, Carlos. 1951. "Colónia da Guiné", *Monografia do Império*, Vol. II: 41-80.
- GARCIA, João Carlos. 1998. "Orlando Ribeiro, 1911-1997: o mundo a sua procura", *Geografia*, 1ª série, XIV: 107-16.
- HAVIK, Philip J. 2007. "The Port of Geba: at the crossroads of Afro-Atlantic trade and Culture", *Mansa Studies*, 9: 21-50
- 2011. "Traders, Planters and Brokers: the Kriston in Portuguese Guinea", *Portuguese Studies Review (PSR)*, 19, 1&2: 197-226
- MCNAUGHTON, Patrick R. 1993. *The Mande Blacksmiths: knowledge, power and art in West Africa*, Bloomington: Indiana University Press.
- L'ESTOILE, Benoît de. 2005. "Rationalizing Colonial Domination? Anthropology and native policy in French Africa", in: B. de L'Estoile, F. Neiburg & L. Sigaud *Empires, Nations and Natives: anthropology and state-making*, Durham & London: Duke University Press: 30-57.
- MACLEOD, Roy. 1996. "Reading the discourse of colonial science", in P. Petitjean (org.) *Les Sciences Coloniales: figures et institutions*, Paris: ORSTOM : 87-98
- MATOS, Patrícia Ferraz de. 2012. A vida e a obra do Professor Mendes Correia (1888-1960); articulações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo em Portugal, in: Ana C. Martins (org.) *Mendes Correia (1888-1960): entre a ciência, a docência e a política*, Lisboa: ACD Editores: ?-36.
- PEREIRA, Rui M. 1987. "O desenvolvimento da ciência antropológica na empresa colonial do Estado Novo" *O Estado Novo: das origens ao fim da autarquia, 1926-1959*, Lisboa: Fragmentos: 89-100.
- 2005. "Raça, sangue e robustez: os paradigmas da antropologia física colonial portuguesa", *Cadernos de Estudos Africanos*, 7/8: 209-41.
- PETITJEAN, Patrick .2005. "Science and the Civilizing Mission: France and the Colonial Enterprise", in B. Stutchey (org.) *Science across the European Empires, 1800-1950*, Oxford: Oxford University Press: 107-28.

- RIBEIRO, Orlando .1950a. “Missão de Geografia à Guiné em 1947”, *Anais, Estudos de Geografia*, Junta de Investigações do Ultramar, V, T. III: 5-25.
- 1950b. “Acerca do Mapa Topográfico da Guiné”, *Anais, Estudos de Geografia*, Junta de Investigações do Ultramar, V, T. III: 27-34.
 - 1950c. *Problemas da Investigação Colonial*, Lisboa: Junta de Investigações Coloniais/Ministério do Ultramar.
 - 1952. “Sur quelques traits géographiques de la Guinée Portugaise”, *II Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais*, Vol. IV, Lisboa: Junta de Investigações Coloniais: 9-25.
 - 1953. “L’Amenagement du terroir en Afrique Occidentale”, *Bulletin de la Société Royale de Géographie de l’Egypte*, T. XXV, Março: 165-77 + imagens X-XV.
 - 1951. “The Portuguese Province of Guinea: land of estuaries and rivers”, in R.J. Harrison Church, *West Africa: a study of the environment*, London: Longmans: 272-8.
 - 1961. “Problemas Humanos em África”, *Colóquios sobre Problemas Humanos nas Regiões Tropicais*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar: 1-22.
 - 1981. *A Colonização de Angola e o Seu Fracasso*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- SAMPAYO E MELLO, Lopo Vaz. 1936. “Alicerces do Império”, *Anuário da Escola Superior Colonial*, XIV & XV, anos 1933-1934: 249-71.